

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação	xi
--------------------	----

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização	3
<i>Luciano Lourenço</i>	
La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción	45
<i>Virginia García-Acosta</i>	
Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas	57
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa	79
<i>Norma Valencio</i>	

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade <i>versus</i> reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres	123
<i>Dora Vargas</i>	
O ato de habitar a partir de um programa habitacional1	141
<i>Juliana Nazareno Mendes</i>	
Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé	161
<i>Arthur Soffiati</i>	
A liberdade se equipara à vida	187
<i>Sergio Portella</i>	
Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia	205
<i>Marco Antonio Sampaio Malagoli</i>	

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”

Letícia Aparecida Rocha
Neusa Francisca Nascimento

A intensificação das consequências da crise por água tem levado ao questionamento da aparente e confortável situação brasileira de país rico no insumo provido na gratuidade para a população e a economia. O país possui 12% a 16% da água doce disponível na Terra. Na visualização de uma distribuição lógica, cada habitante poderia contar com mais de 43 mil m³ por ano dos mananciais, mas apenas 0,7% desse volume termina utilizado (LEITE et al., 2014). São diversos os conflitos em torno do uso múltiplo das águas, que vão de problemas de distribuição a interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Situação esta que ganha maiores proporções diante das mudanças climáticas.

A Comissão Pastoral da Terra (2014, p. 11), por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, desde 2002 tem documentado os conflitos por água. Para a entidade, os conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas, e a luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolve ribeirinhos atingidos por barragens, pescadores, entre outros.

Ao compararmos os conflitos por água, segundo dados do referido Centro de Documentação, publicados anualmente, percebe-se a intensificação dos mesmos nos últimos três anos: se comparado a 2011, o ano de 2012 apresentou um aumento de 16%; de 2012 para 2013 houve um aumento de 17%; e, em 2014, o número de disputas, em relação a 2013, teve 36% de aumento.¹

Pacheco (2014, p. 98) afirma que os conflitos em torno da água se dão em virtude da ameaça de escassez desse líquido como bem comum. Tal escassez decorre do aprisionamento da água para uso privado, por conta de sua mercantilização. Compreensões e relações diferenciadas marcadas pela lógica do capital, viabilizada pelo Estado, e pela lógica cosmológica dos povos e comunidades tradicionais marcam os conflitos ambientais.

1. Segundo dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT, os números de conflitos por água nos anos de 2011 a 2014, respectivamente, foram: 68, 79, 93 e 128 (PASTORAL DA TERRA, 2014).

O presente texto aponta alguns dos riscos de desastres relacionados com a água, partindo do cenário descrito, que coloca em situação de vulnerabilidade as comunidades pesqueiras no alto e médio São Francisco mineiro.

Organização e compreensões dos homens e mulheres das águas

O presente artigo aponta alguns dos riscos de desastres relacionados à água, partindo do cenário descrito, que coloca em situação de vulnerabilidade as comunidades pesqueiras no alto e médio São Francisco mineiro, tratando, especificamente, aqui, dos municípios: São Francisco, Barra do Guaicuí (Distrito de Várzea da Palma), Ponto Chique, Ibiaí, Pedras de Maria da Cruz e Januária. Os mesmos estão inseridos na área mineira do polígono da seca ou Região Mineira do Nordeste – RMNE, banhados pelo rio São Francisco (Ver Figura 1). Fazem parte dos 503 municípios de cinco estados brasileiros – Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (9,5% da população do país) – que dependem direta ou indiretamente do rio São Francisco para sobrevivência, transporte hidroviário, turismo e lazer (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007).

As comunidades pesqueiras estão em processo de organização como Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil (MPP) e contam com a assessoria do Conselho Pastoral dos Pescadores de Minas Gerais (CPP)² em suas lutas e resistência no território e preservação da natureza, na qual está imbuído seu modo tradicional de vida (Figura 2).

Para análise das situações de conflitos relacionadas com a água às quais as comunidades pesqueiras estão expostas, faz-se necessário pontuar, preliminarmente, a compreensão sobre dois conceitos a partir das experiências do MPP: identidade e território. O conceito essencialista de identidade não se sustenta, tampouco contribui para a compreensão de questões como territorialidades, múltiplas identidades e demarcações territoriais. Tais questões têm peso fundamental para os processos de autoafirmação e defesa dos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas.

2. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) é uma pastoral social ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Foi fundada em 1968, nas praias de Olinda (PE). Outras informações em: <http://www.cppnac.org.br>.

Municípios do Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas

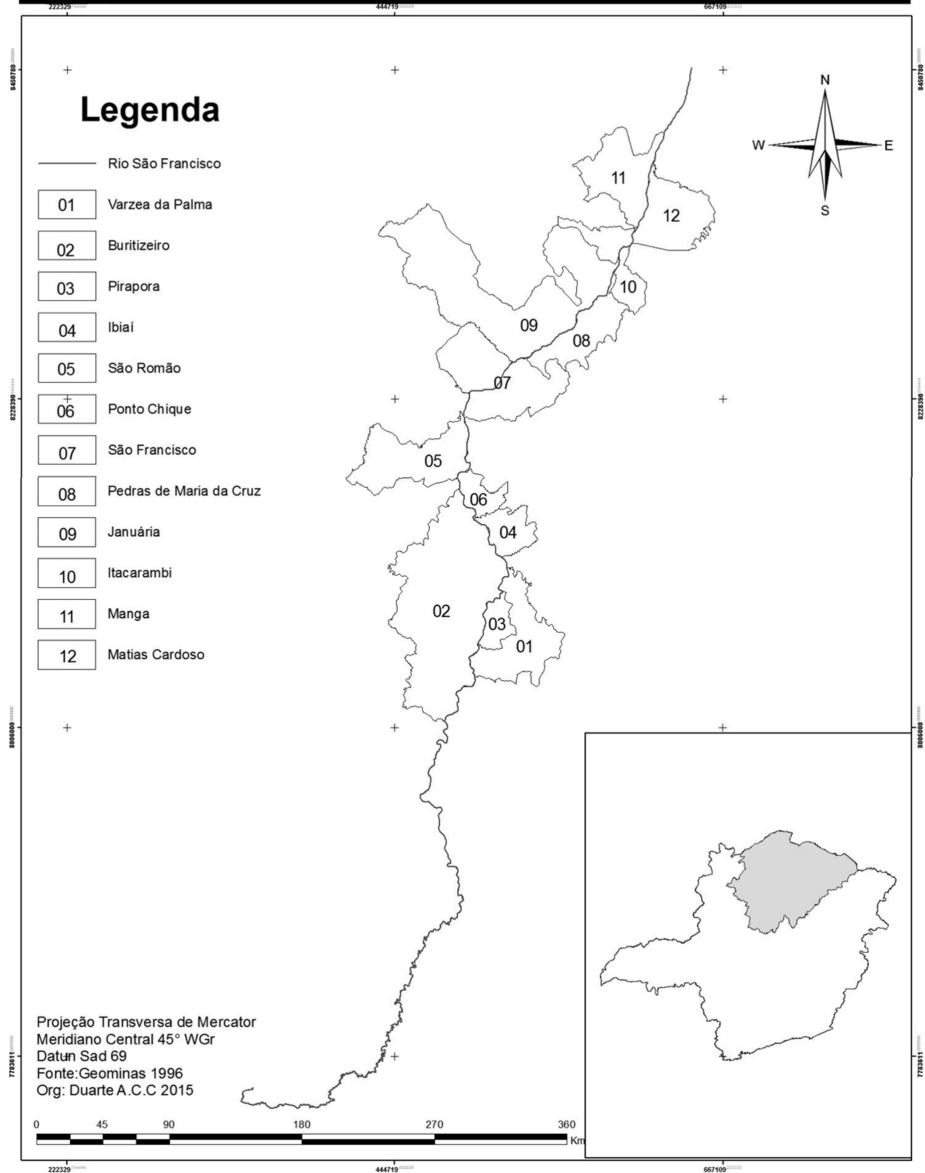


Figura 1 Municípios do Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas.



Figura 2 Municípios no norte de Minas com comunidades assessoradas pelo CPP.

Hall (2013) sugere que, em vez de falar do termo identidade como algo acabado, dever-se-ia falar de identificação e vê-la como uma dinâmica processual. O autorreconhecimento é um processo de construção ou reconstrução da identidade (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Assim, as relações das famílias com os diversos espaços que compõem a paisagem são-franciscana – vazantes, rio, ilhas e terras altas – imprimem várias possibilidades de autoidentificação. Para Oliveira (2011, p. 57), os pescadores e vazanteiros do São Francisco se constituem enquanto coletividades com um modo de vida peculiar, caracterizado pela relação de simbiose com o rio e seus ciclos de seca, enchente, cheia e vazante.

Nos mesmos grupos com identidades pesqueiras e vazanteiras, há notória identidade de quilombo ou remanescente de quilombo. Na Constituição Federal, esses termos são usados para conferir direitos territoriais. Eles não evocam apenas uma “identidade histórica que pode ser assumida e acionada na forma da lei, mas uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lu-

gar num universo social determinado” (O'DWYER, 2002, p. 13), no caso, as margens do rio São Francisco.

De modo geral, a pesca artesanal se apresenta como um recurso importante para garantir a sobrevivência das famílias pesqueiras, chegando a constituir a atividade principal das mesmas (OLIVEIRA, 2005). O plantio nas vazantes complementa a renda dos pescadores que têm seu modo de vida baseado na pesca para consumo da família e comercialização, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como a agricultura em pequena escala (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Para as comunidades pesqueiras do rio São Francisco, inseridas no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, a definição de território vai além do espaço das águas. Compreende também a terra, as margens, as vazantes dos rios, pois seu modo de vida se caracteriza pelo consórcio entre pesca para consumo familiar, comercialização e agricultura em pequena escala, assim como acessar as matérias-primas necessárias à confecção dos apetrechos da pesca (MPP, 2013).

Terra e água são elementos indivisos do território, do “lugar”, que garantem a reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras. A simbiose com o espaço insere essas comunidades na manutenção de ecossistemas. Fica evidente que os riscos que recaem sobre esses recaem, simultaneamente, sobre as comunidades.

No cenário brasileiro, a terra e a água – elementos indivisos, os quais compõem o espaço do território pesqueiro – estão em disputa. Sujeitos diferentes, marcados por racionalidades e projetos distintos a disputar os territórios pesqueiros, protagonizam a situação de conflito ambiental³ e de injustiça ambiental.⁴ Esse cenário impulsiona as comunidades pesqueiras, organizadas enquanto movimento, em campanha nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.⁵

3. Compreende-se aqui como conflitos ambientais aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, em que um dos grupos é ameaçado por impactos indesejáveis do modo de apropriação do outro (ACSELRAD, 2004).

4. A injustiça ambiental é o processo pelo qual a implementação de políticas ambientais, ou a omissão de tais políticas ante a ação seletiva das forças de mercado, cria impactos socialmente desproporcionais, intencionais ou não intencionais, concentrando os riscos ambientais sobre os mais pobres e os benefícios para os mais ricos (ACSELRAD, 2011).

5. A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília (DF), em junho de 2012. Entre outros objetivos visa coletar a assinatura de 1% do eleitorado para um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras (MPP). Disponível em: <<http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>, Acesso em: 24 fev. 2015.

Escassez da água e conflitos ambientais nas barrancas do “Velho Chico”

O panorama de desastre, acima e adiante citado, diante do uso múltiplo e viés puramente economicista da apropriação das águas do rio São Francisco, é visualizado em suas barrancas por pesquisadores que preveem “a extinção inexorável do rio São Francisco” (FILHO, 2012), perante a “extinção do cerrado que envolve também a extinção dos grandes mananciais de água do Brasil, porque as grandes bacias hidrográficas brotam do Cerrado, como o rio São Francisco” (BARBOSA, 2015). Também é visualizado por sujeitos que têm suas vidas imbricadas na dinâmica do rio: homens e mulheres das águas que vivenciam, em situação de injustiça ambiental, o ônus da não preservação das águas.

Para o CPP, de modo geral, o território pesqueiro encontra-se em situação de conflito ambiental entre os “grandes interesses econômicos/turísticos” e os pescadores tradicionais. Em 2010, realizou-se o diagnóstico da pesca artesanal no alto e médio São Francisco⁶ por meio da coleta de dados junto às comunidades por um ano. O relatório desse diagnóstico aponta que, no que tange aos problemas ambientais do rio, os pescadores manifestam preocupação e percebem a relação que isso tem com a pesca. Segundo relatório, 94% dos entrevistados afirmam visualizar tais problemas em seu entorno e 89,7% acham que esses problemas influenciam seu modo de vida, que está imbricado na vitalidade do rio (Figura 3).

Nº. 22 - Identificam problemas ambientais

	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Sim	348	94,8
Não	19	5,2
Total	367	100,0
Sistema	1	
Total	368	

Nº. 23 - Influenciam no seu trabalho

	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Sim	330	89,7
Não	18	4,9
Não respondeu	20	5,4
Total	368	100,0

Figura 3 Tabelas 22 e 23 do Diagnóstico da Pesca Artesanal.

6. O propósito da pesquisa sobre a pesca artesanal surge no contexto da Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), apoiada por um projeto coordenado pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores desde 2004. Teve por objetivo geral realizar um diagnóstico sobre a realidade dos pescadores e pescadoras em doze municípios. Sua execução teve duração de um ano, com início em 2009 e conclusão em 2010, em um seminário de socialização dos resultados. Um dos resultados do seminário foi a criação do Movimento dos Pescadores Artesanais em Minas Gerais. O relatório do diagnóstico está disponível em: < <http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>>.

Das 973 nomeações utilizadas pelos entrevistados para descreverem os problemas identificados, causas e consequências se relacionam: 3,4% apontam a poluição do rio; 20,3%, cianobactéria/ esgoto urbano/ água fétida; e 11,2%, esgoto industrial (Figura 4).

Os problemas são identificados pelo povo do rio, conforme o grau de implicação dos mesmos em seu modo de vida. A soma dos dados vinculados à escassez de peixe (dificuldade de sobreviver da pesca, escassez de peixe, falta de recursos para pescar) é de 32,5%. Revers e Malvezzi (2011) afirmam que a leitura estatística dos dados do diagnóstico, sob o ângulo ambiental, é também a tentativa de apreender parte da consciência que os pescadores possuem sobre os problemas que os afligem. Em um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no alto-médio São Francisco em Minas Gerais, Thé (2012, p. 38) aponta que os pescadores compreendem as principais causas da redução do estoque de peixe.⁷

Nº. 24 - Problemas ambientais que identificam

<i>Quais problemas ambientais identificam</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Desconhece	8	0,8%	2,3%
Cianobactéria, esgoto urbano, água fedida.	198	20,3%	56,1%
Lixo e galhos no rio	147	15,1%	41,6%
Agrotóxico, venenos	29	3,0%	8,2%
Poluição do rio	33	3,4%	9,3%
Animais mortos	32	3,3%	9,1%
Esgoto industrial	109	11,2%	30,9%
Assoreamento	37	3,8%	10,5%
Queda de barreira, erosão	41	4,2%	11,6%
Degradação ambiental, queimada	20	2,1%	5,7%
Poucas chuvas	5	0,5%	1,4%
Desmatamento, inclusive na beira do rio.	96	9,9%	27,2%
Diminuição das águas	31	3,2%	8,8%
Pragas	4	0,4%	1,1%
Represamento, lodo e desvio do rio	28	2,9%	7,9%
Morte e escassez do peixe	124	12,7%	35,1%
Pesca predatória	8	0,8%	2,3%
Outros problemas	23	2,4%	6,5%
Total	973	100,0%	275,6%

Figura 4 Tabela 24 do Diagnóstico da Pesca Artesanal.

7. Em seus depoimentos, os pescadores apontam como causa da diminuição do estoque pesqueiro: contaminação das águas por cianobactérias provenientes do esgoto urbano, principalmente o esgoto que chega ao rio São Francisco pelo subafluente rio das Velhas; e a mortandade de aproximadamente cem toneladas de diversas espécies, em 2005, causada pela atividade minerária da Companhia Mineira de Metais, indústria localizada na beira do rio São Francisco, no município de Três Marias (THÉ, 2012).

A partir do seminário de socialização do diagnóstico, diante dos dados de diversos conflitos apresentados, algumas denúncias foram formuladas e protocoladas junto aos órgãos competentes. Entre estas se encontra uma representação entregue à Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal,⁸ por ocasião do lançamento da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, em junho de 2012.

[...] Nós, pescadores/as artesanais e vazanteiros/as, no Norte de Minas Gerais, que sobrevivemos da agricultura de subsistência, nascidos e/ou criados na ribeira do rio São Francisco, onde temos nossas raízes culturais e familiares, expressamos que, nos últimos tempos, o rio do qual vivemos e com o qual convivemos passa por uma série de danos, a saber: poluição advinda de empresas, esgotos urbanos diversos, represamento das águas em barragens, desmatamento causando assoreamento, dentre outros. Os prejuízos causados a nós, pescadores/as artesanais e vazanteiros/as, são preocupantes: sofremos com a mortandade/escassez dos peixes, a diminuição do volume das águas e a falta das enchentes – que são fundamentais para a reprodução dos peixes e plantio nas terras de vazantes. A isto se soma uma série de problemas causados pela pesca amadora e pelas fazendas na região.

Denunciamos que fazendeiros estão dificultando e, em alguns casos, proibindo-nos o acesso ao rio. Moradores e proprietários das fazendas cercam áreas próximas ao rio, anexando-as às suas respectivas fazendas, como sua propriedade exclusiva. Em algumas margens, proíbem a nós, pescadores/as, até mesmo de amarrar nosso barco, sequer nos permitem armar uma barraca para pernoite durante a atividade pesqueira. Houve caso em que barracas foram destruídas por gente das fazendas. Em outras situações, gados foram colocados dentro das roças, acabando com as plantações [...]

Denunciamos, ainda, que os pescadores **amadores** estão prejudicando nossas atividades pesqueiras artesanais. Com suas embarcações de maior porte, circulam em alta velocidade, pescam embriagados, colocando em risco a vida de quem está no rio pela força da maré, que atinge os pequenos barcos e contribui muito para o desbarrancamento das margens, aumentando os riscos de acidentes; destroem os instrumentos da pesca artesanal, estão cortando as redes de pesca artesanal dentro do rio e poluindo com muito lixo as águas e as margens. Estão usando um tipo de isca de preparo próprio, que consiste na mistura do sangue de boi

8. A Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal trata de assuntos relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas.

com milho e coisas desconhecidas, lançando-a como ração, em grande quantidade, no fundo do rio, onde armam suas redes, o que pode estar contaminando o rio e prejudicando o processo natural de alimentação dos peixes [...]

Denunciamos, também, a falta de fiscalização presente, eficiente e justa no rio São Francisco e afluentes. Denunciamos o abuso dos fiscais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da polícia ambiental, que são rigorosos e abusivos no trato com os vazanteiros e pescadores artesanais, mas são permissivos com relação à pesca esportiva, que causa sérios prejuízos ambientais ao rio e às suas margens.

Denunciamos a empresa Votorantim Metais, que opera nas barrancas do rio São Francisco, no município de **Três Marias**. Por 40 anos, despejou seus dejetos diretamente no rio São Francisco. Em 2007, causou a mortandade de toneladas de peixes. Nós, pescadores/as da região, até hoje, presenciamos os peixes descendo mortos rio abaixo. Exigimos que sejam tomadas as providências cabíveis e que haja aceleração no processo de indenização da empresa aos pescadores pela mortandade dos peixes no rio S. Francisco.

Concluímos afirmando que nossas famílias de pescadores/as artesanais e vazanteiros estão vivendo em situação de séria ameaça à nossa segurança alimentar e de perda de nossos valores culturais. Atingidos por toda essa situação, conscientes dos nossos direitos, indignados com tal desmando, solicitamos à Vossa Excelência que verifique a situação e tome as devidas providências. Ressaltamos: a segurança alimentar e nutricional de nossas famílias está ameaçada, acentuando uma situação de maior vulnerabilidade social.

Reconhecendo o direito de suprir nossas necessidades básicas como seres humanos e como povo ribeirinho, exigimos a liberdade de transitar e trabalhar nas águas do rio e às suas margens. Este direito é condição necessária e indispensável para que continuemos convivendo com o rio São Francisco e seus afluentes de forma sustentável, buscando formas alternativas de revitalização popular em prol de nossa gente, nossas águas e de nosso território!

Isto posto, requeremos a adoção das providências cabíveis a fim de apurar os fatos acima descritos e responsabilizar seus autores, e, desta forma, impedir a continuidade de conduta lesiva ao meio ambiente e à nossa categoria (pescadores e pescadoras artesanais/vazanteiros/as). Brasília, 05 de junho de 2012. MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Minas Gerais.⁹

9. MPP, 2012. Arquivo: Conselho Pastoral dos Pescadores – MG.

O conteúdo da denúncia acima encontra respaldo em afirmações de pesquisadores diversos. Para Valencio (2010, p. 203), o rio São Francisco está no centro de disputas territoriais, estando seus povos em constante ameaça, dentre estes, os pescadores artesanais, os quais “não podem ser explicados sem o rio, onde seguem encadeando as características ecossistêmicas próprias do lugar – ritmos das águas, comportamento das espécies – com o seu fazer social”.

Desde 2013, o volume do rio São Francisco está abaixo da média histórica, os conflitos por uso da água ascenderam até o presente ano de 2015 e tendem a se intensificar. O município de Pirapora pretende entrar com pedido para interromper a produção de energia da Usina Hidrelétrica de Três Marias a fim de garantir o fornecimento de água ao município no segundo semestre (ROCHA; RIBEIRO, 2015).

Movimentos sociais da Articulação Popular em Defesa do Rio São Francisco (APSFV),¹⁰ entre estes o MPP, denunciam os agentes governamentais e privados por omissões e ações que, mediante a degradante situação do rio e seus múltiplos usos nas regiões da bacia são-franciscana, violam os direitos das comunidades ribeirinhas, colocando as mesmas em situação de vulnerabilidade. Na região do alto e médio São Francisco mineiro destacam: o baixo nível (7%) da barragem de Três Marias – sob iminente risco de interromper a vazão a jusante (moradores próximos da barragem apontam que houve erro nas operações da CEMIG, agravando ainda mais a situação); os usos da água em empreendimentos do agronegócio e minerários colocam em risco a disponibilidade e a qualidade da água restante para os demais usos – como exemplo apontam o projeto Hidroagrícola no rio Jequitaiá, sub-bacia do SF, que prevê uma barragem de aproximadamente 9.000 hectares de área inundada e um perímetro irrigado de 35.000 hectares; o Projeto Jaíba continua irrigando grandes áreas de cana-de-açúcar para produção de etanol, dentre outros produtos; a baixa vazão e a poluição no rio das Velhas, que recebe todo o esgoto de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (novamente estão a causar o fenômeno das “cianobactérias”, algas azuis, que torna imprópria a água para quase todos os usos); e o risco de desabastecimento hídrico e caos social de populações urbanas, como as de Pirapora e de Jaíba. Mediante tal conjuntura descrita, propõem às instituições dos governos federal e estaduais da bacia e ao comitê da bacia a declaração de “moratória para o rio São

10. A APSFV é uma articulação de organizações sociais presentes na bacia do rio São Francisco que, juntas, mobilizam ações de revitalização popular do rio e da vida do povo – apoiado por projeto coordenado pela CPT e CPP. Maiores informações: www.saofranciscovivo.com.br.

Francisco: suspensão de novos licenciamentos e outorgas de água para grandes e médios projetos e revisão dos já concedidos na bacia do rio São Francisco” (APSFV, 2014).¹¹

Zellhuber e Siqueira (2007, p. 8) afirmam que os principais usos econômicos do São Francisco remetem à permanência de um modelo de exploração econômica que, se não for substancialmente modificado, invalida as iniciativas de programas de revitalização, que na maioria das vezes funcionam como “moeda de troca”, como o caso do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Presencia-se, na gestão das águas do Velho Chico, “a adequação da natureza ao crescimento econômico” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014), principalmente no que se refere à manutenção do modo de vida das famílias pesqueiras. Os custos e esforços para se contornarem as mazelas da política desenvolvimentista recaem sobre os homens e mulheres das águas. Como exemplo, analisa-se a publicação da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas, por meio das Portarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) 444 e 445,¹² de dezembro de 2014, que apresentam medidas para a conservação da fauna aquática brasileira. Entretanto, faltam ações efetivas no controle de outros vetores ameaçadores, como hidrelétricas, transposições, desmatamento e degradação de habitat, apontados no processo de avaliação das espécies (SBI, 2015).¹³ Os pescadores artesanais ressaltam a necessidade e ausência de medidas direcionadas à preservação, para enfrentamento dos principais vetores que colocam a fauna e a flora aquática em risco de extinção.

A portaria 445 colocou várias espécies de peixe na lista de espécies ameaçadas. A gente fez uma reunião no Ministério da Pesca em Brasília para discutir essa portaria. E aparece espécie de interesse da pesca artesanal. Aqui, no São Francisco, tem três espécies. Apareceu o piratamandua, o pocoman e a matrinchã, como vulneráveis ou ameaçados. A gente ficou preocupado quando surgiu essa portaria, mas são peixes

11. Arquivos: Comissão Pastoral da Terra - MG.

12. No dia 17 de dezembro de 2014, a ministra Izabella Teixeira assinou as portarias que instituem as novas listas nacionais de espécies ameaçadas de extinção. As portarias do MMA 444 e 445 atualizam a Instrução Normativa do MMA 05/2004. Proíbe a pesca das espécies categorizadas como: Criticamente em perigo (CR), Em perigo (EN) e Vulnerável (VU). Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/especies-ameaçadas-de-extincao/atualizacao-das-listas-de-especies-ameaçadas>> Acesso em: 25 fev. 2015.

13. Moção do XXI Encontro Brasileiro de Ictiologia (SBI) manifesta seu apoio à manutenção da Portaria 445. Disponível em: <<http://www.sbi.bio.br/>> Acesso em: 25 fev. 2015.

que já estavam em outras portarias também, já proibidos, né? De captura. A maioria das espécies está sendo dizimada não é por conta da pesca artesanal, mas por conta de outros fatores, né? Poluição, barramento; o fator mais agravante que tem na extinção das espécies são os barramentos, né? E isso é que vem comprometendo, e também outras espécies que eram de ambiente que hoje nem água tem mais, secaram, né? E foram extintas. Então, a gente não vê a pesca como uma preocupação. Mas as espécies, a gente acha que têm que ser manejadas mesmo, porque existe uma pressão para suspender essa portaria, e a gente acha que tem espécie que tem que ter um cuidado melhor, e por isso o movimento¹⁴ luta por ordenamento, para a gente conhecer, na verdade, o que está ameaçado e o que está sobre-explotado, como eles dizem. Mas isso teria que ser feito com estudo. O movimento pediu, e pede, há mais de dez anos que a gente vem batendo nessa tecla do ordenamento pesqueiro. A gente sentiu uma queda na produção do pocoman, depois do acidente em 2005, daquela época em que deu a mortandade de surubim. Os peixes de fundo foram seriamente comprometidos com esses metais¹⁵ que tinha lá, porque o pocoman também apareceu, muito pocoman morto, e morreu muito ao longo do tempo. A própria questão da água, né? A falta de cheia que completa o ciclo dos peixes, né? Uma das razões da diminuição dos peixes é a falta do rio chegar aos berçários onde os peixes se procriam, as lavas crescem, mas não voltam mais pro rio, as lagoas secam e o peixe não completa o seu ciclo (Informação Verbal).¹⁶

Para o CPP, os conflitos pela escassez da água, agravada nos dois últimos anos no rio São Francisco, no caso empírico das comunidades supracitadas, vêm se configurando de modo multifacetado. E se dá, a saber:

1. *Quantidade e qualidade da água.* A diminuição do volume das águas do rio – e afluentes – e a poluição que torna esse insumo *in natura* inadequado ao consumo humano, embora as famílias sejam obrigadas a consumi-lo, em muitas comunidades, por falta de opção (Figura 5).
2. *Em algumas comunidades acirrou-se o conflito socioambiental territorial.* A histórica violação do direito de servidão de passagem se evidencia com o baixo volume das águas, que, conseqüentemente, inviabiliza o transporte fluvial. A única alternativa para as comunidades

14. O entrevistado se refere ao Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil, do qual participa da coordenação pelo estado de Minas Gerais.

15. O entrevistado refere-se à mortandade catastrófica de peixes de 2004 a 2006, no rio São Francisco, em virtude da ação poluidora por metais pesados decorrente das atividades da Votorantim Metais instalada ao longo da calha do rio há mais de 40 anos.

16. Entrevista concedida por Josemar Alves Durães (fev. 2015).

é o enfrentamento pela derrubada das cercas e cadeados (Figura 6), na busca pelo direito de passagem, mas, também, outros, como educação e saúde, que só podem ser acessados se as estradas forem liberadas.¹⁷

3. *Escassez de peixe*. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sem considerar as reais causas e possibilidades de superação, usa a situação de escassez do peixe para justificar sua política que privilegia a aquicultura em detrimento da pesca artesanal. Tal barganha conta com a conivência de órgãos ambientais que, há alguns anos, vêm apontando o fechamento da pesca como solução para o problema da escassez de peixe no São Francisco.¹⁸ Essa “falsa ou incompleta solução” tem a seu favor a pressão do Estado e de políticos e a conivência de ONGs que trabalham pela cooptação das lideranças. Tem-se, ainda, a disputa com os pescadores amadores, os quais são favorecidos por algumas medidas, inclusive a legislação flexibilizada em seu benefício. Com a diminuição da renda, pescadores e observadores da região expressam que os amadores aproveitam para se apropriarem dos conhecimentos tradicionais da pesca e utilizarem os pescadores artesanais como mão de obra. Na percepção do CPP, isso consiste na apropriação dos conhecimentos tradicionais das comunidades pesqueiras, por outros, na disputa pelo território pesqueiro. Esse *status quo* remete ao fenômeno da “produção social da inexistência da pesca artesanal no Velho Chico, onde mercado e Estado constroem conjuntamente ação estratégica para deflagrar a desterritorialização dos pescadores artesanais” (VALENCIO, 2010, p. 203).

17. No dia 21 de setembro de 2014, a Comunidade Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, realizou um mutirão de reabertura de sua estrada histórica de acesso à cidade e comunidades vizinhas. Os fazendeiros da região, há alguns anos, fecharam a estrada com cercas e cadeados, proibindo a passagem do povo. Com a extenuante estiagem ocorrida em 2014, as limitações das condições físicas do rio e financeiras das famílias para o transporte fluvial impulsionaram a comunidade – lesada no exercício dos seus direitos, cansada de esperar por providências dos órgãos públicos e lentidão do poder judiciário – a organizar um mutirão e reabrir a estrada. Segundo os trabalhadores, a polícia chegou apontando as armas. O preposto da fazenda, à frente dos policiais, estava muito exaltado e fez ameaças violentas à comunidade; disse que iria expulsar a comunidade do local e destruir o “mata-burro” construído no mutirão. Somente em 2014, as crianças da comunidade perderam 80 dias do ano letivo, por conta da comum situação de quebra da lancha escolar, transporte utilizado pela prefeitura para atender às crianças. A estrada está em área da União, mas os fazendeiros se apropriam dela de forma ilegal e interrompem os acessos da comunidade, cerceando seus direitos. Segundo os moradores daquelas mediações, apesar da cancela fechada e de outros limites impostos, cerca de 500 pessoas circulam por essa estrada diariamente (CPP-MG, 2014).

18. Esta ideia, quanto ao fechamento da pesca, é difundida entre pescadores e colônias de pesca na região. A mesma aparece de forma tensa em momentos da história relatada por Valencio (2007, p. 119).



Figura 5 Pescador bebendo água *in natura* do rio.¹⁹

4. Com a escassez da água do rio acirra-se, também, a disputa por suas margens – acesso às terras tradicionalmente ocupadas. As terras que margeiam o rio São Francisco são públicas e de ocupação tradicional.²⁰ Mas são, também, a “menina dos olhos” dos fazendeiros e do agro e hidronegócio. Nesse contexto, as lagoas marginais, “berçário dos peixes”, estão sendo drenadas, pisoteadas pela criação de gado, gradeadas para plantio de capim. No norte de Minas, a situação é de conflito ambiental entre fazendeiros e as comunidades tradicionais, e estas últimas requerem, junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a regularização de seus territórios.²¹

19. Arquivo do CPP-MG.

20. Segundo a Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010, as áreas de: várzeas e mangues, enquanto leito de corpos de água federais; mar territorial; áreas de praia marítima ou fluvial federais; ilhas situadas em faixa de fronteira; acrescidos de marinha e marginais de rio federais; terrenos de marinha e marginais presumidos são consideradas indubitavelmente da União, por força constitucional, e sobre elas qualquer título privado é nulo. E podem ser destinadas ao uso pelas comunidades tradicionais para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais. Disponível em: <http://patrimonioidetodos.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2015.



Figura 6 Placa fixada na estrada tradicional do município de Pedras de Maria da Cruz (MG).²²

O uso que os pescadores fazem do rio São Francisco vai além da relação objetiva de garantir o sustento de suas famílias. A lógica capitalista, ainda que envolva esses sujeitos, homens e mulheres das águas, com o seu modo de vida que pulsa pelo tempo da natureza, não dialoga com a pesca artesanal e impossibilita o ingresso desses no tempo capitalista.

Diante da percepção do processo histórico de opressão do latifúndio, das excludentes políticas neodesenvolvimentistas e do estado de negação de direitos das populações tradicionais pesqueiras, enquanto movimento

21. Como exemplo tem-se o caso da Comunidade Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas. A SPU, por meio de seu superintendente em Minas Gerais, assinou, em dezembro de 2012, o primeiro Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de Minas Gerais, em favor da Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas. O TAUS garante aos vazanteiros e pescadores o uso para moradia, pesca e agricultura sustentável de uma área de 2.043,45 hectares, o que corresponde, aproximadamente, a dois mil campos de futebol. As terras constituem patrimônio da União, já que constituída por terrenos marginais a rio federal (São Francisco) navegável, como também por ilhas situadas nesse mesmo curso d'água... O instrumento do Termo de Uso registra que a concessão funda-se na "imensa potencialidade dos recursos naturais existentes às margens do rio São Francisco, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações tradicionais ribeirinhas (pesqueiras e vazanteiras), que promovem o aproveitamento racional e sustentável e a ordenação do uso das áreas da União alagáveis, visando garantir a permanência da Comunidade dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas, para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais por suas famílias ribeirinhas, como forma de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o processo socioeconômico da região" (Procuradoria da República de Minas Gerais. Disponível em: <<http://pr-mg.jusbrasil.com.br/noticias/>> Acesso em: 26 fev. 2015).

22. Arquivo CPP-MG.

social, pescadores e pescadoras apropriam-se do curso de sua história, pautam suas lutas por direitos que estão diretamente vinculados à defesa do modo de vida construído em torno da pesca. Neste sentido, compreende-se a campanha pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras interposta pelo MPP.

Considerações finais

Considera-se que, com a escassez da água do rio – que se dá em termos de quantidade e qualidade – acirra-se também a disputa por suas margens, dificultando o acesso às terras tradicionalmente ocupadas. Fica evidente, assim, que o território pesqueiro nas barrancas do São Francisco está em disputa crescente.

O encadeamento de desastres em curso terá desfecho indesejável, caso providências eficazes não venham a ser aplicadas, ou medidas urgentes a médio e curto prazos. Os riscos são iminentes, os próprios pescadores artesanais, os primeiros afetados pelos males que recaem sobre o rio, denunciam no documento que: *suas famílias de pescadores/as artesanais e vazanteiros estão vivendo em situação de séria ameaça de segurança alimentar e nutricional e de perda dos seus valores culturais, acentuando uma situação de maior vulnerabilidade social.*

Os sujeitos da pesca artesanal, organizados enquanto MPP, não se veem como meros exploradores dos recursos naturais, “*buscam formas alternativas de uma revitalização popular em prol de sua gente, suas águas e de seu território*”. Eles demonstram consciência crescente com relação aos problemas que lhes afligem e tendem a reagir. Apontam a necessidade de medidas para a preservação e, simultaneamente, denunciam a ausência das mesmas para o enfrentamento das causas que colocam a fauna e a flora aquática em extinção. Neste processo estão, gradativamente, visibilizando sua existência e resistência diante do processo de extermínio silencioso das populações tradicionais em curso no país.

Destarte, está posta uma circunstância de “tensionamento” que denuncia, em si mesma, os riscos a que os povos tradicionais do São Francisco estão submetidos. A escassez da água decorre da escolha política econômica desenvolvimentista. A compreensão dessa situação se dá por meio da concepção de desenvolvimento apontada por Ribeiro (2008) como um campo de poder formado por muitas redes e instituições na busca por manutenção da expansão capitalista. Deste processo deriva a voracidade do capital a provocar desterritorializações e, conseqüentemente, o

desequilíbrio de ecossistemas e comunidades tradicionais. Mesmo as tentativas de implementação de políticas que visam à superação da degradação ambiental, a qual tem diversos vetores a serem enfrentados, efetivam-se como medidas mitigatórias, dão-se de forma a onerar e inviabilizar o modo de vida tradicional.

O cenário de escassez explicita múltiplos conflitos e interfere diretamente na resiliência histórica das comunidades pesqueiras. A pesca artesanal tem sido apontada como uma atividade em fase de extinção no rio São Francisco. Por um lado, tal situação se acentua diante do que pesquisadores apontam como a “*a extinção inexorável do rio*”, uma vez que esses sujeitos têm seu modo de vida imbricado na qualidade do rio. De outro, há que se considerar o movimento não estático das forças no campo das lutas sociais, a organização dos sujeitos das águas dos rios e mares no Brasil, que na autoafirmação identitária evocam sua tradicionalidade e instrumentalizam a luta em defesa de seus territórios.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. p 13-34.

_____. Princípios teórico-metodológicos. In: LEROY, J. P et al. (Orgs.). **Relatório síntese: Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fase e Etern, 2011.

BARBOSA, A. S. **O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água**. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas>> Acesso em: 01 mar. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2013**. Goiânia: Expressão Popular, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2014**. Goiânia: Expressão Popular, 2015.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FILHO, J. A. S. A extinção inexorável do rio São Francisco. In: FILHO, J. A. S. (Org.). **Flora das caatingas do rio São Francisco: história natural e conservação**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 24-65.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 103-130.

LEITE, M., et al. Líquido e incerto: o futuro dos recurso hídricos no Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 set. 2014. Disponível em: < <http://arte.folha.uol.com.br/ambiente>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MPP/MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Cartilha:** Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro. Olinda: MPP, 2013.

PP/MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.** Disponível em: <<http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: _____ (Org.). **Quilombo: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do rio São Francisco:** um estudo sobre as populações e territorialidades no Norte de Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Território e territorialidade entre pescadores e vazanteiros do médio São Francisco. In: ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco.** 2011. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PACHECO, M. J. Conflitos pela água: privatização dos bens comuns, ameaça a vida. In: COMISSÃO PASTORAL TERRA. **Conflitos no campo 2013.** Goiânia: Expressão Popular, 2014. p. 97-102.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. União cede dois mil hectares de terras para uso de comunidades tradicionais no norte de MG. **JusBrasil.** Disponível em: <<http://pr-mg.jusbrasil.com.br/noticias/>> Acesso em: 26 de fev. 2015.

REVERS, I.; MALVEZZI, R. Uma leitura ambiental das estatísticas. In: ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco.** 2011. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. In: **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 80, p. 109-125, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco.** 2011. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ROCHA, P.; RIBEIRO L. Hidrelétrica de Três Marias pode ser desligada para garantir água às comunidades locais. **Estado de Minas,** Belo Horizonte, 20 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/20>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SBI/SOCIEDADE BRASILEIRA DE ICTIOLOGIA. **Moção SBI Portaria 445.** 2015. Disponível em: <<http://www.sbi.bio.br/>> Acesso em: 25 fev. 2015.

THÉ, A. P. G. Saudade da vazante geral: um estudo etnoecológico na pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: COSTA, J. A.; OLIVEIRA, C. L. (Orgs.).

Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012.

VALENCIO, N. Conflitos ambientais no Velho Chico. O *modus operandi* da descreditação pública da pesca artesanal. In: Org.: ZHOURI, A.; LASCHEFKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimentos e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **Pescadores do Rio São Francisco:** a produção social da inexistência. São Carlos: RiMa, 2007.

ZELLHUBER, A.; SIQUEIRA, R. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 227, p. 7-32, jul./set. 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEEFSKI, K.; PEREIRA, D. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: _____. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 11-23.